

Cariri do Tocantins- TO, 04 de dezembro de 2025.

Ofício n. 264/2025

Exmo. Sr. Vereador

AGMAR MOREIRA RAMOS JÚNIOR

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cariri do Tocantins - TO

Sr. Presidente
Srs. Vereadores

Submeto à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar, que propõe importantes e necessárias alterações na Lei Complementar nº 085, de 19 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), com o objetivo de modernizar a legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), otimizar a arrecadação e garantir maior eficiência e justiça fiscal.

As mudanças propostas estão alinhadas às melhores práticas de administração tributária e às recentes alterações na legislação nacional, visando fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização do Município. As principais alterações são:

Submeto à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei Complementar, que propõe importantes e necessárias alterações na Lei Complementar nº 085, de 19 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), com o objetivo de modernizar a legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), otimizar a arrecadação e garantir maior eficiência e justiça fiscal.

As mudanças propostas estão alinhadas às melhores práticas de administração tributária e visam fortalecer os mecanismos de controle do Município. As principais alterações são:

1. **Ampliação da Responsabilidade por Substituição Tributária (Novo Art. 45):**
A proposta expande o rol de tomadores de serviços que serão responsáveis pela retenção do ISS na fonte. A inclusão de setores estratégicos como instituições financeiras, operadoras de cartão e construtoras garante que o imposto seja recolhido de forma mais eficiente, combatendo a sonegação, especialmente em serviços prestados por empresas de fora do Município.

2. **Detalhamento da Responsabilidade Solidária (Alteração do Art. 46):** O projeto aprimora as regras de responsabilidade solidária, tornando claras as situações em que terceiros (como proprietários de obras e tomadores de serviços) respondem pelo imposto não recolhido pelo prestador, incentivando a contratação de prestadores regulares.
3. **Reestruturação das Penalidades (Manutenção do Art. 77 e Criação do Art. 77-A):** A estrutura de penalidades é aprimorada. O **art. 77 é mantido** em sua forma original, estabelecendo a multa moratória de 20% para o recolhimento em atraso. Em complemento, cria-se o **art. 77-A**, que institui as multas punitivas aplicáveis quando a infração é constatada por ação fiscal. Este novo artigo estabelece um escalonamento de penalidades (100%, 150% e 200%) proporcional à gravidade da conduta, como a apropriação indébita do imposto retido e a fraude fiscal, desestimulando eficazmente as práticas ilícitas.
4. **Estruturação do Contencioso Administrativo (Adição ao Art. 77-A):** Por fim, o projeto estabelece, de forma transitória, as instâncias de julgamento para os processos administrativos fiscais (Secretário de Finanças e Prefeito Municipal), conferindo segurança jurídica e um rito claro para o exercício do direito de defesa do contribuinte.

A aprovação deste projeto é fundamental para dotar o Município de ferramentas mais robustas para a gestão do ISS, assegurando a justa distribuição da carga tributária e garantindo os recursos necessários para o financiamento das políticas e serviços públicos.

Contando com o elevado senso de responsabilidade desta Casa Legislativa, solicito o apoio para a análise e aprovação deste relevante Projeto de Lei Complementar.

Atenciosamente,

ELTON MOREIRA ALVES

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 085, de 19 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), para dispor sobre a responsabilidade tributária e as penalidades relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 085, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45. São responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do imposto devido ao Município de Cariri do Tocantins, na condição de substitutos tributários, as seguintes pessoas, ainda que imunes ou isentas: I – O Município de Cariri, por seus órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo; II – Os órgãos da administração pública federal e estadual, direta e indireta, incluindo suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; III – Os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central; IV – As operadoras de cartão de crédito ou débito; V – As incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras e serviços de engenharia; VI – As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos; VII – Os organizadores ou promotores de feiras, exposições, festas, shows, congressos e eventos congêneres; VIII – Os shopping centers; IX – As corretoras, seguradoras e empresas de previdência privada; X – Os estabelecimentos e instituições de ensino; XI – Os estabelecimentos de saúde; XII – As empresas que explorem planos de saúde ou de assistência médica, odontológica e congêneres; XIII – As concessionárias de veículos automotores; XIV – As entidades representativas de classes, confederações, federações e conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas; XV – As associações civis, sindicatos e cooperativas; XVI – As empresas de transporte de passageiros e cargas; XVII – As empresas que atuam no ramo de informática; XVIII – Os condomínios residenciais e comerciais; XIX – As administradoras de consórcio; XX – As agências de publicidade e propaganda; XXI – As instituições do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SEBRAE e outros); XXII – As pessoas jurídicas, de direito público ou privado, tomadoras ou intermediárias de serviços descritos em subitens específicos da lista de serviços anexa a esta Lei; XXIII – A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, quando o prestador de serviço for estabelecido em outro município e não possuir cadastro simplificado neste Município.”

“Art. 46. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto devido: I – O proprietário da obra, em relação aos serviços prestados por construtores ou empreiteiros; II – O construtor ou empreiteiro principal, em relação aos serviços prestados por subempreiteiros; III – O proprietário ou possuidor de imóvel que ceder o local para a prática de eventos; IV – O proprietário de máquinas e equipamentos, pelo imposto devido pelo prestador que os utiliza; V – As distribuidoras de loterias, pelo imposto devido pelos seus redistribuidores; VI – O tomador de serviço estabelecido em outro município, quando o imposto for devido em Cariri do Tocantins;

VII – Aquele que permitir, em seu estabelecimento, a exploração de atividade tributável por prestador não inscrito no cadastro fiscal; VIII – Aquele que efetuar pagamento por serviço a terceiro não identificado; IX – O tomador de serviço que: a) não exigir do prestador documento fiscal idôneo; ou b) contratar prestador que não esteja regularmente cadastrado no Município. X – Os contribuintes elencados no art. 45 como responsáveis pela retenção na fonte.”

“**Art. 77.** Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto nos prazos regulamentares, sujeita o infrator à seguinte penalidade: I - se apurado pelo próprio sujeito passivo; II - se devido por responsabilidade solidária ou por substituição tributária; III - se devido por estimativa fiscal. Multa: 20% (vinte por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a multa prevista neste artigo será exigida em dobro quando o responsável houver retido o imposto e deixado de recolhê-lo nos prazos fixados.”

“**Art. 77-A.** A constatação da falta de recolhimento do imposto, apurada mediante ação fiscal, sujeita o infrator às seguintes penalidades: I – Multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e não recolhido, ou recolhido a menor; II – Multa de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o valor do imposto retido na fonte e não recolhido aos cofres municipais; III – Multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de fraude, adulteração, falsificação ou emissão de documentos fiscais com informações falsas, visando reduzir ou suprimir o tributo; IV – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto, aplicada ao tomador de serviços que, obrigado à retenção, deixar de fazê-la ou a realizar em valor inferior ao devido.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo não excluem a cobrança do imposto, com seus acréscimos legais.

§ 2º Enquanto não for regulamentado o Conselho de Contribuintes do Município, o julgamento dos processos administrativos fiscais competirá: I – Em primeira instância, ao Secretário Municipal de Finanças; II – Em segunda instância, ao Prefeito Municipal.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cariri do Tocantins, aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

ELTON MOREIRA ALVES

Prefeito Municipal